

Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade

Ana Maria Marques*

Resumo

Este artigo objetiva mostrar como diferentes linguagens vão conferir positividade à velhice, a partir do final da década de 70 e no decorrer das décadas de 80 e 90, quando estes sujeitos são construídos na literatura acadêmica, nas políticas públicas e nos agenciamentos de grupos de idosos ou de terceira idade. A velhice, frequentemente entendida como etapa de debilidade física, fase final da vida, vai ser dada a ler como momento de aproveitar a vida para fazer o que antes o trabalho ou outras atividades, especialmente ligadas à família, impediam que fosse realizado. Os direitos de cidadania conferem respeito, dignidade e novas expectativas de vida ao idoso, apresentado como da terceira idade.

Palavras-chave: velhice – linguagens – políticas

Abstract

This article aims to show how different languages will convey positive value to old age, starting from the late 70's and throughout the 80's and the 90's, when these subjects were constructed in the academic literature, in public policies and in the establishment of seniors' or third age groups. Old age, frequently understood as period of physical weakness or life's final phase, starts to be seen as a moment to enjoy life and to accomplish what not possible to be done previously, due to professional commitments or other activities, especially those related to the family. Citizenship rights grant respect, dignity and new life expectations to the senior, presented as a member of the third age group.

Key words: aging - languages - politics

O presente artigo faz uma breve e inicial discussão sobre o envelhecimento. Como este vem sendo pensado e colocado discursivamente a partir da década de 70, especialmente nas falas de integrantes de grupos de terceira idade e de políticas destinadas a estes grupos, são questões desta pesquisa. Faço uma incursão em algumas áreas: a Gerontologia, tida como um baluarte científico das preocupações mais recentes com a velhice; o Direito, sobre alguns aspectos legais; a Educação Física, com um discurso sobre a forma física e “qualidade de vida”; e a Antropologia que, trabalhando com a categoria geração, tem trazido novas reflexões sobre a velhice. Para a História a categoria geração é relativamente recente, embora alguns historiadores estejam trabalhando com gênero, corpo, sexualidade – pesquisas que se relacionam, de alguma forma a este debate.

São muitas as questões sobre envelhecimento. A minha questão neste trabalho é entender como e quais processos constroem este sujeito envelhecido, identificado como cidadão idoso ou pertencente à terceira idade, especialmente a partir da década de 70, e mais fortemente nas décadas de 80 e 90, quando se intensificam as práticas efetivadas pelas políticas públicas. Neste momento, surgem ou se intensificam os grupos de idosos, auto-denominados da terceira idade ou ainda da “melhor idade”. Os discursos são

* Professora da UNIVALI. Doutoranda pela UFSC.

ressignificados nos grupos, nos quais a convivência e a solidariedade também dão lugar para as rivalidades e práticas de exclusão.

A velhice, entendida por Simone de Beauvoir¹ como fenômeno biológico com conseqüências psicológicas, modifica a relação do homem no tempo, com o mundo e com a sua própria história. As relações e percepções do corpo, historicamente modificadas, nos fazem ver que a velhice, mesmo numericamente aumentada nas sociedades contemporâneas ocidentais de modo geral, tem sido tão positivada quanto adiada. Cada vez mais pessoas conseguem atingir os 60, 70 e até mais de 80 anos de idade. No entanto, cabelos brancos podem receber uma coloração que devolve a cor e brilho; as rugas podem ser reduzidas ou deduzidas a transformações de aplicações ou bisturis; as doenças, normalmente atribuídas à idade avançada, como às ligadas a desgastes ósseos ou do sistema circulatório, podem ser controladas seguramente por tratamentos clínicos fisioterápicos e/ou medicamentosos. Ou seja, envelhecer pode não ser um problema quando o corpo é desnaturalizado e reconstruído pela via do mercado da estética. O corpo já foi “naturalizado” nas manifestações sobre doença, morte, velhice no século XIX e início do século passado, no entanto, no final do XX, foi dado a ler na busca de saúde e prazer infinitos. Este contraponto da visibilidade dos corpos, tratados por Denise Sant’Anna, pode cair no perigo de transformar o corpo em lugar dos universais e transformar valores como liberdade e cidadania em conseqüências do consumo. Lembra a historiadora: “Em épocas e sociedades nas quais a infelicidade não significava forçosamente o fracasso absoluto da vida, ser feliz não era considerado um dever.”²

Quanto mais a velhice tem se distanciado das características de debilidade física, mais esta mesma, entendida enquanto faixa etária, aumenta nas estimativas de vida colocadas pelas estatísticas. Segundo dados recentes do IBGE, uma população de cerca de 14 milhões já alcançou, em 2000, a faixa etária acima dos 60 anos de idade. Em trinta anos este número representou pouco mais do triplo do que se tinha em 1970. O envelhecimento populacional tem influenciado políticas públicas que conferem cidadania e dignidade ao velho. Idoso passa a ser um tratamento respeitoso e já até institucionalizado. Os discursos oficiais, citando a política nacional do idoso, regulamentada através da Lei 8.842/94³, consideram o idoso, “a pessoa maior de sessenta anos de idade”, embora exista uma literatura geriátrica que considera idoso o indivíduo a partir dos 65 anos. O termo idoso, em substituição do termo velho, agrega novas visibilidades e positivities. O termo velho é ainda carregado de um sentido pejorativo historicamente ligado a idéias negativas como feio e mau que aparecem nas histórias infantis (bruxas e madrastas), ou como ser improdutivo, inativo, criado pela sociedade moderna, que colocou no trabalho o sentido da dignidade humana. Este trabalho muitas vezes era entendido como atividade urbana, remunerada e enquadrada em direitos trabalhistas que passaram a incluir o direito à aposentaria ao trabalhador na década de 60 do Brasil “desenvolvimentista”. Se a aposentadoria garantiu a condição de sujeito para alguns velhos, existiam tantos outros que precisavam do amparo assistencial para não ficarem completamente despojados de dignidade, pois cidadania não tinham. Instituições assistenciais asilares e discursos em torno do velho da década de 60, foram estudados e analisados por Mara Rúbia Sant’Anna⁴. O termo idoso, em contrapartida, como reforça Clarice Peixoto, deu um outro significado ao indivíduo velho – transformou-o em sujeito respeitado⁵.

Na Europa, a realidade do envelhecimento populacional é anterior a nossa. Haja visto que na década de 80, o Brasil era um “país jovem” e no limiar do século XXI é um país que está envelhecendo. Na França, as políticas de integração da velhice foram

introduzidas a partir de 1962, estas passam a associar a velhice à arte de bem-viver. O aposentado lá recebeu a etiqueta da terceira idade – termo que vemos fortemente presente nos discursos e representações da velhice no Brasil a partir da década de 80, de uma forma crescente. Este conceito de terceira idade, faixa etária entre 60 e 80 anos de idade, aproximadamente, traz consigo o signo do dinamismo dos “jovens idosos”. Enquanto isso, os “idosos velhos”, a partir dos 80 anos, já estariam compondo uma quarta idade, esta etapa sim estaria associada à imagem tradicional da decadência ou incapacidade física, segundo Clarice Peixoto, para os padrões franceses.

Na perspectiva de Michel Foucault, o papel do historiador é fornecer os instrumentos de análise que permitam localizar onde estão os pontos frágeis/fortes a que estão ligados os poderes e onde eles se implantaram. Para o autor, as redes de poder se formam no nível mais elementar do cotidiano. Pensando então, nos discursos e dinâmicas que constroem o sujeito da terceira idade, é preciso estar atento a rede que cria e mantém identidades. As lideranças, as instituições envolvidas, os meios de comunicação, o mercado consumidor, são elementos nesta teia de relações a serem estudados. Foucault, quando perguntado sobre quem coordena a ação dos agentes da política do corpo, diz que existem “trabalhadores sociais”, a partir de uma matriz confusa com a filantropia que formam um conjunto complexo, sutil em sua distribuição, em seus mecanismos, seus controles recíprocos, seus ajustamentos⁶.

Os discursos constroem identidades e os sujeitos. Entendendo que discursos, não são só aqueles que são lidos ou que estão nos livros ou documentos mas são também as imagens veiculadas, sejam elas impressas, televisivas, cinematográficas, ou outras, como o próprio corpo. Os discursos vêm de autoridades e de trabalhadores sociais, utilizando a expressão de Foucault, e são assimilados e ressignificados conforme interesses pessoais ou de grupos. A partir de diferentes fontes discursivas, podemos entender o envelhecimento também enquanto representação, na perspectiva de Roger Chartier⁷, pois a representação se dá no trabalho de classificação e exclusão, de configurações sociais e conceituais próprias de um tempo e de um lugar. Existe uma representação do “envelhecimento ativo”, fortemente a partir da década de 80, pensada pelo viés da saúde e da qualidade de vida. Para Rosemary Rauchbach⁸, profissional da Educação Física em Curitiba, pós-graduada pela UFSC e com larga experiência com grupos de terceira idade, envelhecer com qualidade de vida é: conviver com grupos; ter boa alimentação, boa moradia, tratamento médico e disposição de ser atuante; programar-se para fazer exercícios físicos, ler e participar de tudo que teve vontade de fazer e foi adiado; amar a si e aos outros (pois o amor rejuvenesce); não ter medo de ser criticado; compreender e internalizar o processo de perda (morte).

“Qualidade de vida” torna-se emblema discursivo da busca incansável pela felicidade na nossa sociedade contemporânea ocidental. Junto, aderem as propostas de vida ativa (profissional e afetiva, incluindo sexual) e saudável (alimentação e exercícios físicos). Os sujeitos idosos que se inserem em grupos e associações assimilam, acabam por se aproximar ou buscar uma integração a estas alternativas de viver a velhice. Nos denominados grupos de terceira idade, estes idosos partilham, de certa forma, uma concepção de solidariedade orgânica, a qual, segundo Michel Maffesoli⁹ favorece a emoção comum, conforta o sentimento coletivo e, por isso, fortifica o vínculo comunitário. O que o autor denomina de “tribalismo pós-moderno” está relacionado a esta emergência da felicidade partilhada, tribal, pois “o que prevalece não é mais o indivíduo, isolado na fortaleza de sua razão, mas o conjunto tribal, que se comunica ao redor de um conjunto de imagens que consome com voracidade”¹⁰. O prazer de estar

junto assume diversas formas, no caso dos grupos de terceira idade, envolvem trabalhos manuais, passeios, dança, entre outras atividades. Ao mesmo tempo que conforta sensibilidades e afetividades, atende às políticas públicas que, por meio de leis e ações governamentais, estimulam estas sociabilidades como forma de fomentar uma certa autonomia ou independência dos sujeitos que, organizados em grupos ou associações de idosos ou da terceira idade, ganham vitalidade e produtividade.

A Gerontologia, apesar das críticas que têm sido feitas a mesma por tentar juntar pedaços (como um Frankstein, nas palavras de Alda Brito da Motta) de ciências, tem contribuído em muito na construção da imagem do envelhecimento. Os gerontólogos, profissionais de diversas áreas envolvidos com problemáticas relacionadas ao sujeito idoso, têm produzido documentos e fomentado projetos que envolvem instituições e indivíduos sensibilizados pelo trabalho voluntariado. Algumas áreas podemos considerar pioneiras, como as ligadas à saúde (Medicina e Nutrição), à educação (especialmente a Educação Física) à assistência social e jurídica. Quanto mais cresce o interesse pela velhice e os problemas que a afetam, mais aumenta a contribuição científica na efetivação das políticas propostas e postas.

O documento originado de um seminário nacional realizado em 1989 e que lançava as “Políticas para a terceira idade nos anos 90”¹¹ diz que o ano de 1976, foi “o marco de uma nova era nas atenções públicas com relação à velhice”, pois antes, segundo o texto, era comum o discurso de que o número reduzido de idosos não justificava uma política efetiva para o setor. Em 1976, realizou-se o Iº Seminário Nacional do Idoso, em Brasília, depois de três seminários regionais para se apresentar “as linhas básicas de uma política de assistência e promoção social do idoso”. Depois destes aconteceram mais dois encontros nacionais promovidos pelo SESC-SP, nos anos de 1984 e 1987. As discussões provenientes destes encontros repercutiram na Constituição de 1988. Na mesma década, em Santa Catarina, uma iniciativa acadêmica surgiu na UFSC a partir da implantação do NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade), que completou 20 anos de atuação em 2002. Inicialmente realizando trabalhos ligados a atividade física, atualmente integrado ao projeto Universidade Solidária, capacita monitores através de intercâmbios em diversas cidades catarinenses, além de contar com curso de pós-graduação em Gerontologia. A UNIVALI também, na década de 90, implementou o projeto Universidade Aberta a Terceira Idade em alguns campi, além de algumas parcerias com a comunidade para trabalhos informativos e interativos ligados ao CETRHU (Centro de Treinamento de Recursos Humanos) preocupado com as questões relacionadas a sexualidade (especialmente em função do crescimento numérico de portadores do HIV, que tem também atingido a faixa etária envelhecida). Poderia-se enumerar muitos projetos e ações, especialmente nos últimos 20 anos, que têm se preocupado com a velhice e que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na implementação e legitimação das políticas públicas.

O advogado Carlos Fernando Agustini, ao se referir a Constituição brasileira de 1988, diz que: “Pela primeira vez, temos realmente um texto constitucional que, de forma objetiva, demonstra preocupação com a velhice”¹², embora lembre que no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já estavam reivindicadas as garantias de saúde e bem-estar à velhice¹³. O autor ainda coloca que as políticas tardiamente oficializadas no Brasil, partem da orientação da ONU. A Associação da ONU de 1982, propôs que se introduzisse os princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas¹⁴. Agustini conclui que, embora muitas conquistas legais se tenham alcançado a exemplo da aposentadoria, ainda muito se tem a fazer para se garantir a proteção à velhice

enquanto um direito social.

O documento anteriormente citado, elaborado pela Associação Nacional de Gerontologia, intitulado “Políticas para a 3ª idade nos anos 90”, traz dez recomendações para administrações públicas, profissionais da comunicação, organizações civis e religiosas, universidades, mídia, programas educacionais, poder judiciário. Propõe o documento que se invista na “nova imagem das pessoas idosas” e que esta “caracterize testemunho positivo”. Esta imagem deverá, como sugere o texto, estar sendo formada por meio do “desenvolvimento de pessoal para trabalhar na área do idoso” envolvendo cooperação de instituições, Conselhos e Secretarias educacionais, órgãos financiadores de pesquisa, empresariado e voluntariado. Recomenda-se ainda que “sejam identificadas formas urgentes de motivação para a maior presença e participação masculina nos seminários, encontros e cursos que proporcionam informações e orientação para o envelhecimento sadio, diante da constatação de que o homem é personagem de reduzido comparecimento aos programas educativos e preventivos voltados para a 3ª idade”. Recomenda também: horários, locais e ambientes apropriados; conscientização do valor positivo do lazer e do tempo livre. Ainda sobre o tempo livre, sugere: “Preparação para a aposentadoria” com esclarecimento do uso que se pode fazer do tempo livre e estudando possibilidades de criação de “bolsas ocupacionais” e/ou ocupações capazes de conferir sentido à vida, seja através de atividades profissionais ou não (físicas, de lazer).

Estas recomendações dos gerontólogos fomentam políticas, bem como são alimentadas por estas, e promovem práticas que contribuem para a representação da velhice como necessitada de mobilidade e convivência social. Temos políticas que confortam interesses públicos e privados. Percebemos que na prática não homogeneizam a imagem do sujeito que envelheceu. Os homens não se enquadram tanto nas políticas de sociabilidade em grupo quanto as mulheres, como as próprias políticas denunciam a preocupação. Há uma “feminização do envelhecimento”, como diz Elza Berquó¹⁵ quando mostra os percentuais bem maiores de mulheres, que vivem mais a partir dos 60 anos, em comparação aos homens. As mulheres vivem mais que os homens, envelhecem mais que os homens e procuram alternativas de viver a velhice mais do que eles. Ser velho é diferente de ser velha. As relações de gênero aparecem em conseqüência de suas experiências. Por que os homens não participam? Perguntei à Dona Zeba (líder de um dos grupos de terceira idade mais antigos e maiores, em Tjucas-SC). Respondeu-me: “Sabe, eu acho que os homens não admitem ser velho”. Provavelmente por conta dos estereótipos que colocam no homem a virilidade, a produtividade econômica e quando velhos, tornam-se “inativos”. Não querem ir no grupo para fazer “coisas de mulher” ou, nas viagens, as mulheres não querem que eles estejam presentes para chamá-las a atenção de seus comportamentos. Neste grupo de terceira idade que pude observar, cerca de 50 mulheres realizam atividades manuais como bordado, crochê e pintura. O que produzem reverte em benefícios para o grupo, pois parte do dinheiro é utilizado para comprar tecidos e linhas, outra parte pode ficar para a própria artesã, tendo em vista que muitas são classificadas como carentes, e, ainda outra parte vai para rifas, bingos e outros gastos do próprio grupo, especialmente com os passeios (todo ano realizam uma “viagem grande”, já foram para Aparecida do Norte e Foz do Iguaçu, além dos passeios mais próximos dentro do Estado catarinense).

A atividade física para as gerações envelhecidas agora, representava, em grande parte, o trabalho. Ir para academias, fazer exercícios físicos musculares ou de resistência é para muitos um comportamento vexoso. As experiências de trabalho estão empregnadas no corpo, tanto que estes sujeitos ao se ocuparem do passado, nas lembranças, ainda

repetem com o corpo as atividades que são substâncias das suas vidas. Ecléa Bosi¹⁶, ao trabalhar com lembranças de velhos, confirma como eles repetem os movimentos da trabalho enquanto lembram. Fazer o corpo adquirir novos movimentos e formas na velhice, não é tarefa fácil. Implica mexer em questões culturais – entaves, muitas vezes, ao mercado do consumo e às políticas públicas.

O estudo do envelhecimento não deve ser unicamente objeto de um discurso científico da gerontologia, como reivindicam os antropólogos. A Antropologia tem também dado sua contribuição na discussão de como as relações se constituem na velhice, especialmente trazendo o debate sobre geração. Guida Grin Debert, antropóloga e professora da UNICAMP, diz que geração não se refere a pessoas que compartilham idade, mas vivências, ultrapassa, então, a idéia de família. Para ela, o elemento cronológico, nas sociedades ocidentais, “tem um caráter extremamente econômico no estabelecimento dos laços entre grupos bastante heterogêneos no tocante a outras dimensões”¹⁷.

Alda Britto Motta, antropóloga e professora da UFBA, discorda de Debert na opinião de que há uma “liberdade geracional” por apresentar uma velhice mais “feliz” em comparação à que viveram as mães e avós daqueles que envelheceram hoje. Motta¹⁸ diz que não é uma questão de “liberdade geracional” mas uma “liberdade de gênero”, pois se as mulheres envelhecidas podem sair, passear mais do que fizeram na juventude é porque também não são mais atraentes, não reproduzem, não precisam se preservar. Novamente a discussão sobre gênero aparece nas reflexões acadêmicas sobre a velhice. As identidades de gênero são constituídas nas relações, significadas pela cultura, despregados dos sexos biológicos. Mara Coelho de Souza Lago, coloca: “Feminilidades e masculinidades são culturalmente marcados por valorações desiguais, com padrões diferenciados e diferentemente valorados de comportamentos e funções atribuídos como próprios de cada gênero, nas diferentes culturas.”¹⁹

Notas

¹ BEAUVOIR, Simone de. A velhice. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 123.

³ BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do idoso e dá outras providências.

⁴ SANT’ANNA, Mara Rúbia. O velho no espelho: um cidadão que envelheceu. Florianópolis: UFSC, 2000.

⁵ PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p.151.

⁷ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 27.

⁸ RAUCHBACH, Rosemary. A atividade física para a 3ª idade: envelhecimento ativo: uma proposta para a vida. 2. Londrina: Midiograf, 2001.

⁹ MAFFESOLI, Michel. A contemplação do mundo. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995. pp. 47-48.

¹⁰ MAFFESOLI, Michel. Op. cit. p. 145.

¹¹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA. Políticas para a 3ª idade nos anos 90. Seminário Nacional “O idoso na sociedade atual”. Brasília, 1989.

¹² AGUSTINI, Carlos Fernando. A velhice na constituição brasileira de 1988 como direito fundamental. Florianópolis, 2002. Dissertação de Mestrado em Direito (UFSC). p. 115.

¹³ AGUSTINI, Carlos Fernando. Op. cit. p. 162.

¹⁴ *ibidem*. p. 103.

¹⁵ BERQUÓ, Elza. Velhice e Sociedade. Campinas: Papirus, 1999.

¹⁶ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

¹⁷ DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.57.

¹⁸ MOTTA, Alda Brito. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁹ LAGO, Mara C. de S. Identidade e fragmentação do conceito. In: SILVA, Alcione L. et.al. (orgs). Falas de Gênero. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 124.